



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Número do 1.0024.11.235759-5/001 **Númeraço** 2357595-
Relator: Des.(a) Doorgal Andrada
Relator do Acórdão: Des.(a) Doorgal Andrada
Data do Julgamento: 30/10/2013
Data da Publicação: 05/11/2013

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. LEI MARIA DA PENHA. REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. VÍTIMA REGULARMENTE INTIMADA, QUE SE MANIFESTOU SOBRE A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

- As medidas protetivas de urgência deferidas no âmbito da Lei Maria da Penha têm natureza jurídica autônoma e satisfativa, de tutela inibitória cível, e, não, cautelar. Portanto, devem produzir efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem. Se a vítima, devidamente intimada, se manifesta acerca da necessidade de manutenção das medidas, presume-se que não cessou a situação de violência doméstica, impondo-se o restabelecimento das medidas protetivas outrora impostas ao agressor.

- Recurso ministerial provido.

REC EM SENTIDO ESTRITO Nº 1.0024.11.235759-5/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - RECORRENTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RECORRIDO(A)(S): MARCO AURÉLIO DE LIMA - VÍTIMA: MÍRIAM LUCIANO DE LIMA SILVA

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 4ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

DES. DOORGAL ANDRADA



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

RELATOR.

DES. DOORGAL ANDRADA (RELATOR)

V O T O

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em face da decisão de f. 34, que julgou extinto o feito em que foram fixadas medidas protetivas de urgência em desfavor de Marco Aurélio de Lima, ao argumento de que o agressor não foi localizado para intimação, bem como em razão de ter decorrido significativo lapso temporal, o que implicou o desaparecimento dos requisitos das medidas protetivas.

Alega o recorrente que a decisão concessiva das medidas protetivas deve perdurar enquanto se mantiver a situação de risco vivenciada pela vítima; que não se pode presumir a desnecessidade das medidas protetivas pelo simples fato de já restarem vigentes por certo período de tempo; que foi requerida a intimação do agressor em horário noturno, o que não foi atendido; que o fato de o agressor não ter sido intimado não significa que a vítima desinteressou pelas medidas protetivas; que, ao contrário do que constou na decisão impugnada, a vítima compareceu em audiência e reiterou a necessidade das medidas protetivas. Pede pelo provimento do recurso, para que seja reformada a decisão impugnada e mantidas as medidas protetivas deferidas até que sobrevenham novos fatos ensejadores de alteração da situação de violência doméstica (f. 37/41).

Contrarrazões pelo réu à f. 46/49, pugnando pela manutenção do decisum.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A decisão foi mantida em juízo de retratação (f. 50).

Parecer da douta Procuradoria de Justiça às f. 57/59, no sentido do conhecimento e improvimento do recurso.

Conheço do recurso, presente os pressupostos subjetivos e objetivos de admissibilidade.

Após detida análise da matéria posta sob discussão, tenho que assiste razão ao Ministério Público.

Inicialmente, registro meu entendimento no sentido de que as medidas protetivas de urgência deferidas no âmbito da Lei Maria da Penha têm também natureza jurídica autônoma satisfativa, de tutela inibitória cível, e, não, cautelar. Portanto, deve produzir efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem, não ficando sua existência condicionada à tramitação de um inquérito ou feito criminal.

Nada impede a permanência das medidas protetivas após a extinção da ação penal ou quanto não houver a instauração do inquérito policial, sendo que a atribuição de natureza jurídica unicamente cautelar é interpretação prejudicial à vítima, uma vez que, atrelada ao feito criminal extinto ou inexistente, pode permitir que a vítima fique desprotegida, sujeita a consequências irreparáveis, quando deveria e poderia estar amparada.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A Lei Maria da Penha, em seu art. 22, condicionou a concessão das medidas protetivas tão somente à existência do ato violento, não exigindo que haja um inquérito policial ou um processo criminal em curso.

Em seu art. 19, §2º, a Lei nº 11.340/06 dispõe que "As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados", o que reforça o claro propósito da Lei Maria da Penha de não vincular a validade das medidas protetivas ao andamento de um processo criminal.

Tanto é assim que, na redação final da Lei 11.340/06, não prevaleceu o termo "medidas cautelares" que constava no texto original do anteprojeto de Lei nº 4559/04, o qual foi alterado e recebeu a denominação de "medidas protetivas".

Assim, faz-se necessário reconhecer a autonomia das medidas protetivas, para que a mulher não se veja desamparada quando não houver a instauração de um feito criminal, ou quando este vier a ser encerrado.

Diante do impasse atinente à natureza jurídica das medidas protetivas, o Conselho Nacional de Justiça, por ocasião da IV Jornada Lei Maria da Penha (Brasília, março de 2010), consignou que:



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

"Relativamente aos procedimentos das medidas protetivas, a Lei 11.343/06 não prevê rito específico, não havendo entendimento pacífico quanto à forma de seu processamento.

Parte dos magistrados entende que às medidas protetivas de urgência se aplica o rito cautelar do Código de Processo Civil, enquanto outros adotam o rito mais simplificado, unicamente com o escopo de atender o caráter emergencial da providência requerida. Não obstante inexistir consenso quanto ao rito procedimental, o requerimento de medidas protetivas, independentemente de sua origem (apresentada diretamente pela parte, por meio de autoridade policial, por advogado ou requerida pelo Ministério Público) deverá ser objeto de autuação e registros próprios, não sendo recomendável que a questão seja tratada no corpo do inquérito ou ação penal." (texto transcrito no recurso de apelação, à f. 49).

Ademais, o art. 20 da Lei Maria da Penha dispõe sobre a possibilidade de decretação da prisão preventiva do agressor, em qualquer fase do inquérito ou da instrução do processo. Já as medidas protetivas (art. 22) não exigem a existência sequer de inquérito policial, o que pressupõe a desnecessidade da existência de um fato criminoso em tese.

O art. 22 dispõe ainda que, além das medidas protetivas previstas, podem ser aplicadas outras não previstas em lei se as circunstâncias assim exigirem, extraíndo-se daí a possibilidade de aplicação da legislação cível ou penal, e de assistência social, saúde ou previdenciária.



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ante a natureza mista da Lei Maria da Penha, conforme se extrai de seus artigos 23 a 32 e 34 a 41, as medidas protetivas de urgência são também passíveis de aplicação autônoma e paralela ao processo penal.

Assim, as medidas protetivas, independentemente do destino da ação criminal, deverão prevalecer até que estejam presentes as situações fáticas que ensejaram a sua aplicação, sendo necessária uma avaliação do caso, ouvindo-se a vítima beneficiada pela concessão das medidas.

No caso presente, a vítima foi regularmente intimada nos seguintes termos:

"Questionado por este Oficial de tem interesse na manutenção das medidas protetivas outrora fixadas, manifestou-se dizendo que sim, tem interesse, pois continua recebendo ameaças por parte do réu." (f. 64).

Portanto, diante dessa manifestação da vítima, impõe-se o provimento do recurso interposto pelo Ministério Público, para que sejam mantidas as medidas protetivas deferidas às fls. 19/20, devendo o recorrido ser regularmente intimado.

Face ao exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, para restabelecer as medidas



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

protetivas deferidas à f. 19/20, até que sobrevenham novos fatos ensejadores de alteração da situação de violência doméstica, o que deverá ser verificado pelo MM. Juiz de primeiro grau, após nova oitiva da vítima.

Custas ex lege.

DES. CORRÊA CAMARGO - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. FEITAL LEITE (JUIZ CONVOCADO) - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "RECURSO PROVIDO."